

Abertura dos portos permitiu aprimoramento do Judiciário no Brasil

Esta sexta-feira (28/1) marca o aniversário do decreto de abertura dos portos brasileiros às nações amigas, emitido em 1808 pelo então príncipe regente dom João. O ato não só encerrou o pacto colonial de exclusividade das relações comerciais do Brasil com Portugal, mas também foi o primeiro passo para o surgimento de um Judiciário mais maduro e até de um Supremo Tribunal Federal no país.

Reprodução/Twitter CNJ



Ilustração da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro Reprodução/Twitter CNJ

Quando D. João 6º transferiu sua corte para o Rio de Janeiro, em 1808, também trouxe para o Brasil a última instância do Poder Judiciário. Até então, existia a possibilidade de envio de recursos, em casos excepcionais, para a Casa da Suplicação de Lisboa — que dava a palavra final nos litígios iniciados na colônia portuguesa que tramitavam em pequenos Juízos nos municípios e nos pouco Tribunais de Relações, equivalentes às atuais cortes de segunda instância.

Um alvará de D. João 6º determinou, em maio de 1808, a conversão da Relação do Rio de Janeiro — segundo tribunal de apelação do país — na Casa da Suplicação do Brasil, o embrião do Supremo Tribunal Federal, fazendo com que os recursos não fossem mais enviados para Portugal.

De acordo com **Maria Cristina Carmignani**, professora de História do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), a transferência da família real ao Brasil causa a chamada "inversão brasileira", e o Rio de Janeiro passa a ser o centro irradiador da autoridade soberana onde se confeccionavam as leis e se praticavam atos de governo: "São instituídos novos ministérios de Estado, organizadas novas instituições políticas, administrativas, judiciárias, militares etc, assim como foram também transferidos os arquivos governamentais".

Segundo Carmignani, a instalação da Casa da Suplicação no Brasil tornou o sistema administrativo judicial mais complexo e independente dos órgãos judiciais da metrópole.

Em 1828, foi criado o Supremo Tribunal de Justiça e a Casa da Suplicação do Brasil foi extinta. Depois de 72 anos, com o início da era republicana, foi instituído o Supremo Tribunal Federal, por meio do

Decreto 848/1890.

Essa estrutura judiciária mais complexa instaurada no Brasil também fez com que predominassem os juízes especializados, em detrimento dos juízes locais e leigos, que representavam a maioria no período colonial.

A Carta Régia de Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas será debatida na próxima terça-feira (1/2), em [evento](#) promovido pelo *Poder360* em parceria com o Fórum de Integração Brasil e Europa, apoiado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e pela **ConJur**. Os palestrantes — dentre eles, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal — falarão sobre os motivos do ato e como ele foi determinante para o processo que tornou o Brasil independente de Portugal.

Date Created

28/01/2022